

AVALIAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS GARIS DE PALMAS, TOCANTINS

Giuliano Cesar Rodrigues Barboza

PROIC/ITOP. Email: giullianocesar93@gmail.com

Fabrcio Machado Silva

Faculdade ITOP. Email: fabricio_amb@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de avaliar os problemas da saúde ocupacional dos garis da cidade de Palmas, que estão sendo assistidos em um modelo de desenvolvimento, no qual a saúde e a segurança do colaborador, nem sempre é objeto de preocupação da Administração Pública, já que os serviços de limpeza urbana são terceirizados. Nesse sentido, o trabalho foi desenvolvido com aplicação de questionário que envolve possíveis riscos socioambientais e avaliação em campo. Após a execução da pesquisa pôde-se então, identificar diversos riscos que os colaboradores da limpeza pública estão sujeitos por falta de uma estrutura de segurança adequada. Por meio desses estudos, a pesquisa sugere medidas e recomendações para melhoria quanto à saúde humana e social da categoria.

PALAVRAS CHAVE: Saúde Ocupacional, Garis, Segurança do Trabalho.

INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos urbanos vêm crescendo nas últimas décadas e se tornando em um dos maiores problemas da sociedade moderna, isso se deve principalmente pelo aumento do consumo de produtos industrializados e pela proliferação dos “descartáveis” que fazem parte dos costumes ocidentais, e que são responsáveis pela geração de imensas quantidades de resíduos.

Com o advento da industrialização e a concentração da população nas grandes cidades, o lixo foi se tornando um problema. A sociedade moderna rompeu os ciclos da natureza. Até o início do século passado, o lixo gerado – restos de comida, excrementos de animais e outros materiais orgânicos, reintegravam-se aos ciclos naturais e serviam como adubo para agricultura. Porém, com a exarcebada impermeabilização e ocupação dos solos nos perímetros urbanos, todo esse rejeito não retorna ao ciclo natural, transformando-se em novas matérias-primas, e acaba se tornando uma perigosa fonte de contaminação para o meio ambiente além de agravar a proliferação de doenças oriundas de hospedeiros que utilizam do lixo para se desenvolver.

A demanda de resíduos gerados, acompanhada do fortalecimento desta problemática e o estabelecimento no Brasil da Política Nacional de Resíduos Sólidos, fez com que cada vez mais a questão ambiental e os trabalhadores envolvidos ganhassem destaque. A adoção do modelo mundial de terceirização e/ou privatização dos serviços de limpeza urbana nos países em desenvolvimento pode ter um reflexo negativo sobre a saúde dos colaboradores, já que, além de uma redução nos seus

padrões salariais, a rotatividade é extremamente elevada nas empresas privadas do setor. Isso inviabiliza programas de treinamento e de prevenção, podendo resultar em um aumento no número de acidentes e na deterioração dos padrões de saúde dos referidos.

REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Veloso (1995), foi possível encontrar em sua pesquisa quatro agentes que são capazes de interferir na saúde humana e no meio ambiente, definidos como:

a) Agentes físicos

O odor emanado dos resíduos pode causar mal-estar, cefaléias e náuseas em trabalhadores e pessoas que se encontrem próximas aos equipamentos de coleta ou de sistemas de manuseio, transporte e destinação final. Ruídos em excesso, durante as operações de gerenciamento dos resíduos, podem promover a perda parcial ou permanente da audição, cefaléia, tensão nervosa, estresse e hipertensão arterial, assim como, a exposição ao sol sem o uso do protetor solar pode ocasionar doenças relacionadas a pele (câncer de pele e queimaduras).

b) Agentes químicos

Nos resíduos sólidos municipais pode ser encontrado um grande número de resíduos químicos, dentre os quais merecem destaque pela presença mais constante: pilhas e baterias, óleos e graxas, pesticidas/herbicidas, solventes, tintas, produtos de limpeza, cosméticos, remédios e aerossóis. Uma significativa parcela destes resíduos é classificada como perigosa e pode ter efeitos deletérios à saúde humana e ao meio ambiente, como, metais pesados (chumbo, cádmio e mercúrio), que se incorporam à cadeia biológica, têm efeito acumulativo e podem provocar diversas doenças como saturnismo e distúrbios no sistema nervoso, entre outras.

c) Agentes biológicos

Os agentes biológicos presentes nos resíduos sólidos podem ser responsáveis pela transmissão direta e indireta de doenças. Microrganismos patogênicos ocorrem nos resíduos sólidos municipais mediante a presença de lenços de papel, curativos, fraldas descartáveis, papel higiênico, absorventes, agulhas, seringas descartáveis e camisinhas, originados da população, dos resíduos de pequenas clínicas, farmácias e laboratórios.

d) Agentes Acidentais/ocupacionais

A saúde do colaborador envolvido nos processos de operação do sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos municipais está relacionada não só aos riscos ocupacionais inerentes aos processos, mas também às suas condições de vida (ANJOS et al., 2000; VELLOSO, 1995). Nos países latino-americanos não existem dados e

informações sistematizados sobre acidentes de trabalho. Quanto a doenças relacionadas ao trabalho com resíduos sólidos municipais, as informações praticamente são inexistentes (FERREIRA, 1997).

Os riscos de acidentes e de agravos à saúde dependem da atividade exercida pelo colaborador. Alguns dos acidentes mais freqüentes entre colaboradores que manuseiam diretamente os resíduos sólidos municipais (FERREIRA, 1997; VELLOSO et al., 1997) são descritos a seguir:

Cortes e perfurações com outros objetos pontiagudos: espinhos, pregos, agulhas de seringas e espetos são responsáveis por corriqueiros acidentes envolvendo colaboradores. Os motivos são semelhantes aos do item anterior.

Queda do veículo: a natureza dos trabalhos no sistema de limpeza urbana, em especial na coleta domiciliar e operações especiais de limpeza de logradouros, acaba por obrigar o transporte dos colaboradores nos mesmos veículos utilizados para a coleta e transporte dos resíduos. Isso faz com que as quedas de veículos sejam comuns. Dois aspectos são importantes como causas destes acidentes (muitos dos quais fatais): a inadequação dos veículos para tal transporte, onde o exemplo maior é o veículo de coleta em que os trabalhadores são transportados debruçados no estribo traseiro, sem nenhuma proteção (os veículos de coleta são construídos com base na tecnologia dos países desenvolvidos, onde a coleta é realizada por guarnições de no máximo dois homens, que viajam na cabine junto com o motorista) (ROBAZZI et al., 1992).

Atropelamentos: a eles estão expostos tanto os colaboradores da coleta domiciliar e limpeza de logradouros como os trabalhadores de locais de transferência e destinação final dos resíduos. Além dos riscos inerentes à atividade, contribuem para os atropelamentos a sobrecarga e a velocidade de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores e o pouco respeito que os motoristas em geral têm para os limites e regras estabelecidas para o trânsito. Também deve ser lembrada a ausência de uniformes adequados (roupas visíveis, sapatos resistentes e antiderrapantes) como um fator de agravamento dos riscos de atropelamento.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia de estudo de caso pode ser detalhada da seguinte forma:

- levantamento do espaço amostral por meio da Administração Pública em seguida implantação de questionário individual nos quais os autores ficaram encarregados da elaboração e aplicação e também da observação “in loco” de indicadores que venham a comprometer a saúde ocupacional e a segurança dos colaboradores da limpeza pública;

- avaliação por meio de questionário explorando os riscos individuais e ocupacionais a partir da data de admissão ao cargo de gari e também observando durante a entrevista informações que possam chegar a um resultado satisfatório à saúde pública, além de definir melhorias ao Departamento de Limpeza Pública;
- definição de melhorias à saúde ocupacional dos garis através dos dados obtidos e a interpretação das falhas dos colaboradores;
- sugestão de medidas e recomendações de melhorias a saúde humana e social dos colaboradores através da categorização dos tipos de riscos (biológicos, físicos, químicos, ocupacionais/acidentais e sociais) observados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A política de limpeza urbana é toda coordenada por uma empresa terceirizada contratada pela Administração Pública Municipal, reduzida à coleta de resíduos domésticos e à varrição de ruas da cidade, serviços esses feitos em dias regulares com itinerários definidos, ou seja, sazonalmente durante o mês, o espaço amostral da pesquisa de 25 garis, sendo que 05 estão de licença/atestados ou férias, totalizando 20 entrevistados.

Na avaliação de campo a não conformidade na utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) foi evidente, em decorrência de a empresa não disponibilizar apenas quando necessário, uniformes, bonés e luvas. Os calçados antiderrapantes, máscaras e coletes sinalizadores não são adotados pela gestão da empresa, assim os garis ficam sujeitos a riscos diversos e a morbidade coletiva.

Quanto às doenças identificadas, nota-se que 50% dos entrevistados têm algum problema relacionado à coluna e aos braços. Isto significa que, 10 entrevistados possuem este problema e estão sujeitos a uma aposentadoria prematura e de futuras complicações a integridade física dos mesmos em decorrência dos serviços prestados. Para diminuir esses casos, a sugestão seria adotar a Norma Regulamentadora – NR4, que trata de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, que estabelece a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho, embasados juridicamente pelo artigo 162 da Consolidação de Leis Trabalhistas – CLT.

Nos riscos químicos foi observado que nunca houve ferimento dos garis por produtos químicos, ou seja, 100% nunca sofreram quaisquer tipos de acidentes com esse tipo de produto durante o manuseio e/ou transporte do mesmo. Isso se deve pelo fato de tratar de características de lixo urbano e conseqüentemente, possuírem insignificantes volumes de resíduos químicos. Na identificação dos problemas decorrentes da inalação de odor dos resíduos coletados, observa-se que, 40% dos

entrevistados estão acostumados com o mal cheiro do lixo e que no início do serviço 25% sentiam ou ainda sentem cefaléias diárias.

No contato diário com resíduos e outros fatores físicos durante o serviço, pôde-se observar que, 30% dos trabalhadores da limpeza pública se sentem incomodados com os particulados suspensos no ar, especialmente com as poeiras inspiradas, pois podem causar problemas ao trato respiratório, e outros 20% têm a visão prejudicada.

Durante o manuseio e o transporte dos resíduos diários foi observada a frequência que o entrevistado se acidenta com objetos cortantes ou perfurocortante e notou que 80% dos entrevistados nunca tiveram qualquer tipo de acidente dessa natureza. Pode se dizer isto, pelo fato de todos eles terem contato indireto com o objeto cortante, manuseando por meio de pás, vassouras e/ou carrinho para coleta.

Na identificação dos riscos ocupacionais diários foi perguntado ao entrevistado quanto à ergonomia durante o tempo de serviço. Observou-se que, 60% dos entrevistados têm algum problema de má postura relacionado ao equipamento de uso diário (carrinho, pá e/ou vassouras), ou seja, 12 garis num total de 20. Isso se deve ao fato das ferramentas serem inadequadas à estatura dos garis e a posição incorreta de varrição ou coleta diária. Nota-se, que não está em conformidade com o que prevê a Norma Regulamentadora – NR17, que visa estabelecer parâmetros que permitem a adaptação das condições de trabalho às condições psicofisiológicas, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente dos colaboradores, embasados juridicamente pelos artigos 198 e 199 da Consolidação de Leis Trabalhistas – CLT (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007).

A percepção do entrevistado em relação ao serviço de gari e nota-se então, uma disparidade entre eles. Pois, 30% dos garis relatam que sentem muito discriminados pela população e uma outra maioria de 60% dizem que a sociedade gosta do que fazem, ou seja, em uma mesma classe de trabalhadores observam-se opiniões opostas quanto à percepção social. Isso se deve talvez, pelo fato da ignorância intelectual do entrevistado diante da visão social e a incapacidade de observação externa.

Após pesquisa em campo nota-se que 20 entrevistados, ou seja, 100% não utilizam coletes sinalizadores e também se observa a inadequação quanto ao restante dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), na utilização diária pelos colaboradores de limpeza pública. Isto se deve pela má conduta da gestão do Departamento de Limpeza Pública que não fornece com frequência os equipamentos adequados a seus colaboradores e/ou a desobediência dos garis quando é fornecido. Estando em desacordo com as normas regulamentadoras (NR's), em particular as NR6 e NR26, que prevê a obrigatoriedade de fornecimento de EPI's a seus empregados sempre que as condições de trabalho o exigir e a sinalização de segurança nos ambientes de trabalho,

embasados juridicamente pelos artigos 166, 167 e 200 da CLT, respectivamente (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço amostral para este trabalho foi insuficiente para uma correlação confiável e consistente entre saúde ocupacional e segurança do trabalho, em função do quantitativo entrevistado, capacidade de autoavaliação e carência de dados no universo de possíveis doenças adquiridas ao longo do tempo de serviço. Observou-se então, um acentuado risco à saúde dos garis de Palmas, devido à falta de instrumentos que auxiliam na melhoria da qualidade coletiva e na otimização dos serviços prestados. Para maior proteção desses colaboradores, notou-se a necessidade da implantação da NR 5 referente à uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas organizarem e manterem em funcionamento, por estabelecimento, e constituída exclusivamente por empregados com o objetivo de prevenir infortúnios laborais. Através dessa comissão o trabalhador poderá apresentar sugestões e recomendações ao empregador para que melhore as condições de trabalho, e assim eliminar as possíveis causas de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, embasadas juridicamente nos artigos 163 a 165 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

REFERÊNCIAS

- ANJOS, L. A. & FERREIRA, J. A. **A avaliação da carga fisiológica de trabalho na legislação brasileira deve ser revista.** O caso da coleta de lixo domiciliar. *Cadernos de Saúde Pública*, 16:785-790, 2000.
- FERREIRA, J. A. **Lixo Hospitalar e Domiciliar: Semelhanças e Diferenças – Estudo de Caso no Município do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1997.
- RUBERG, C. & PHILIPPI Jr., A. **O Gerenciamento de Resíduos Sólidos Domiciliares: Problemas e Soluções – Um Estudo de Caso.** In: 20o Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Anais, CD-ROM III. Rio de Janeiro:
- A VELLOSO, M. P. **Processo de Trabalho da Coleta de Lixo Domiciliar da Cidade do Rio de Janeiro: Percepção e Vivência dos Trabalhadores.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1995.
- VELLOSO, M. P.; SANTOS, E. M. & ANJOS, L. A. **Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, 1997. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1999.

Recebido em 10 de agosto de 2016.
Aceito em 16 de setembro de 2017.